



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 1

**ACÓRDÃO Nº 175/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**  
(Decisório retificado nos termos dos §§4º, I e 5º do art. 160 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM)

**1-Processo TCE nº 10896/2014.**

**Apenso:** Processo nº 11259/2014.

**2-Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3-Órgão:** Câmara Municipal de Coari.

**4-Exercício:** 2013.

**5-Responsável:** Sr. Antônio Adenilson Menezes Bonfim, Presidente da Câmara Municipal de Coari.

**6-Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 116/2014 (fls. 812/916).

**7-Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 171/2015-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 917/919)

**8-Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Coari, exercício 2013.

*Revel. Irregular. Alcance. Glosa. Multa Prazo. Autorização de Cobrança Executiva. Recomendação à origem. Ciência ao MPE.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, à unanimidade, em conformidade com o voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, em consonância com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1-** Considerar Revel o Sr. Antônio Adenilson Menezes Bonfim, Presidente da Câmara e ordenador de despesas, em razão da omissão na apresentação de defesa/documentos quanto às impropriedades indicadas no Ofício nº 001/2014 - DICOP, na forma do art. 20, §3º da Lei n. 2423/96;

**9.2-** Julgar pela Irregularidade as Contas da Câmara Municipal de Coari, sob a gestão do Sr. Antônio Adenilson Menezes Bonfim, exercício financeiro de 2013, com fundamento no art. 22, III, “b” e “c”, da Lei Estadual n.2423/96 face à permanência das impropriedades elencadas no item 13 do Relatório/voto;

**9.3-** Considerar em Alcance o ordenador de despesas, Sr. Antônio Adenilson Menezes Bonfim, no montante de **R\$ 542.460,02 (quinhentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta reais, dois centavos), em função das restrições acostadas no item 5, alínea “b”, do Relatório/Voto**, em face da realização de despesas não escrituradas devidamente e/ou antecipadas sem a devida comprovação, conforme dispõe o art. 304, IV e VI do RITCE, com a concernente devolução aos cofres públicos dos valores devidamente corrigidos;

**9.4-** Considerar em Glosa o ordenador de despesas, Sr. Antônio Adenilson Menezes Bonfim, no montante de R\$ 281.000,00 (duzentos e oitenta e um mil reais), com



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº 175/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**  
**(Decisório retificado nos termos dos §§4º, I e 5º do art. 160 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM)**

devolução aos cofres públicos do valor corrigido, nos moldes do art. 306, Parágrafo único, inciso III, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE, devido às restrições não sanadas nº 4.26 e 4.27, elencadas no item 4 do Relatório/Voto;

9.5- Aplicar Multa ao gestor, Sr. Antônio Adenilson Menezes Bonfim, nos termos do artigo 54, da Lei Estadual n.2.423/96, c/c art.308, V, da Resolução n.04/2002, no valor de R\$ 21.920,64 (vinte e um mil, novecentos e vinte reais, sessenta e quatro centavos), face à permanência das impropriedades elencadas no item 13 do Relatório/Voto, as quais demonstram a prática de atos de gestão ilegítimos e antieconômicos que resultaram danos ao Erário;

9.6- Aplicar Multa ao gestor, Sr. Antônio Adenilson Menezes Bonfim, nos termos do artigo 54, da Lei Estadual n.2.423/96, c/c art.308, VI, da Resolução n.04/2002, no valor de R\$ 43.841,28 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais, vinte e oito centavos), face à prática de atos com grave infração às normas de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, descritos no item 13 do Relatório/voto;

9.7- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais, do valor imputado dos débitos, com comprovação perante este Tribunal, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art.72, III, da Lei Estadual n.2.423/96 e art. 169, I, da Resolução n.04/02-TCE/AM;

9.8- Autorizar desde já a instauração do Processo de Cobrança Executiva dos débitos, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.9- Recomendar à origem quanto:

**9.9.1-** À necessidade de levantamento geral dos bens móveis e imóveis conforme estabelecido no art. 96, I da Lei n. 4.320/64;

**9.9.2-** À instauração de processo administrativo disciplinar a fim de apurar a conduta de servidores quanto à adulteração de comprovantes de deslocamentos de diárias, consoante restrição nº 10;

**9.9.3-** À necessidade de controle mais efetivo e eficiente sobre a concessão de diárias e passagens aos seus membros;

**9.9.4-** Às providências para coibir acumulações indevidas de cargos e funções públicas;

**9.9.5-** Criação do cargo efetivo de Controlador Interno;

**9.9.6-** À criação de mecanismos de controle de veículos, sejam alugados ou de propriedade da Câmara;

**9.9.7-** À observância das normas e procedimentos definidos na Lei nº 8.666/93.

**9.10- Oficiar** ao Ministério Público Estadual dando-lhe conhecimento dos fatos para apuração de atos de improbidade administrativa praticados pelo Sr. **Antônio Adenilson**



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº 175/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**  
**(Decisório retificado nos termos dos §§4º, I e 5º do art. 160 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM)**

**Menezes Bonfim**, gestor e ordenador de despesas, por infringência às normas legais já mencionadas e danos ao Erário, de acordo com o inciso XXIV, art. 1º da lei nº 2423/96.

**10- Ata:** 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 18 de março de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral

Republicar o inteiro teor do presente Acórdão no Diário Oficial Eletrônico, para todos os efeitos legais, que esta Corte procedeu à alteração do *decisum*, em cumprimento ao Acórdão nº 330/2015, resultante do julgamento dos Embargos de Declaração admitido neste processo, constante às fls. 981/982.